



COMISSÃO DE TRABALHO

PROJETO DE LEI Nº 770, DE 2021

Inclui alínea ao art. 482 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho) para estabelecer a demissão por justa causa em casos de prática de atos de violência contra a mulher.

Autora: Deputada PROFESSORA ROSA NEIDE

Relator: Deputado LEONARDO MONTEIRO

I - RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº 770, de 2021, de autoria da Deputada Professora Rosa Neide, que acrescenta ao art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) a possibilidade de rescisão do contrato por justa causa, pelo empregador, nos casos de violência física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral praticada contra a mulher.

O projeto foi distribuído às Comissões de Defesa dos Direitos da Mulher; Trabalho e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

Na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, em 29/11/2021, foi apresentado o parecer do relator, Dep. Fábio Trad (PSD-MS), pela aprovação, com Substitutivo. Em 04/05/2022, o referido parecer foi aprovado.





A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A violência contra a mulher constitui fenômeno estrutural no mercado de trabalho, com impactos diretos sobre a permanência, a saúde emocional, a produtividade e a possibilidade de ascensão profissional das trabalhadoras.

A violência doméstica e de gênero repercute diretamente no ambiente de trabalho, seja porque a mulher é obrigada a conviver com o agressor no local de prestação laboral, seja porque os efeitos emocionais, físicos e financeiros da violência impactam sua vida profissional.

Essa relação foi reconhecida, inclusive, pelo Supremo Tribunal Federal ao afirmar que a violência contra a mulher constitui violação de direitos fundamentais que exige respostas institucionais coordenadas e preventivas (ADI 4424, Rel. Min. Marco Aurélio, j. 09/02/2012)¹.

No âmbito da legislação trabalhista vigente, é certo que a Consolidação das Leis do Trabalho já prevê hipóteses de dispensa por justa causa que podem abranger situações de violência contra a mulher, tais como a alínea “b” (incontinência de conduta ou mau procedimento) e a alínea “j” (ato lesivo da honra ou ofensa física praticada no serviço contra qualquer pessoa).

Contudo, tais hipóteses apresentam limitações relevantes na aplicação a situações de violência contra a mulher.

¹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4.424/DF. Rel. Min. Marco Aurélio. Tribunal Pleno. Julgado em 09 fev. 2012. Diário da Justiça Eletrônico, 13 ago. 2012. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=245474001&ext=.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2025.





No caso da alínea “b”, a configuração de incontinência de conduta ou mau procedimento costuma exigir prova de repercussão concreta sobre o contrato de trabalho ou sobre o clima organizacional, o que, em casos de violência baseada em gênero, nem sempre se mostra simples ou imediato de demonstrar.

No caso da alínea “j”, por sua vez, exige-se que a conduta ocorra no local de trabalho, o que exclui episódios de violência praticados em outros ambientes, ainda que seus efeitos sejam direta e imediatamente sentidos pela trabalhadora no exercício de suas funções.

A experiência jurisprudencial indica, porém, que a violência praticada fora do ambiente laboral pode repercutir diretamente no trabalho, especialmente quando agressor e vítima atuam no mesmo estabelecimento, ou quando a agressão afeta de forma evidente a segurança, integridade emocional ou capacidade de permanência da trabalhadora.

Nesse sentido, o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região reconheceu a validade de dispensa por justa causa de trabalhador que agrediu sua companheira em sua residência, em razão da repercussão direta da violência no ambiente de trabalho e da necessidade de proteção da vítima².

Diante desse quadro, a previsão expressa proposta pelo Substitutivo aprovado na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher confere maior segurança jurídica à decisão empresarial, ao reconhecer que a violência baseada em gênero, sempre que repercutir no contrato ou no ambiente de trabalho, ensejará a possibilidade de rescisão por justa causa. A medida fortalece a proteção da trabalhadora, previne a revitimização e reforça o dever constitucional de promoção de um ambiente laboral seguro, saudável e livre de violência.

² TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO. “14 anos da Lei Maria da Penha: reflexos da violência contra a mulher no mundo do trabalho”. Disponível em: <https://portal.trt3.jus.br/internet/conheca-o-trt/comunicacao/noticias-juridicas/nj-2013-14-anos-da-lei-maria-da-penha-reflexos-da-violencia-contra-a-mulher-no-mundo-do-trabalho>. Acesso em: 05 nov 2025.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Leonardo Monteiro



4

Ante exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 770, de 2021, na forma do Substitutivo aprovado na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado LEONARDO MONTEIRO
Relator

Apresentação: 01/12/2025 18:35:23.543 - CTRAB
PRL 1 CTRAB => PL 770/2021

PRL n.1



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258237354000>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Leonardo Monteiro

